

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	7
DMPL - 01/06/2023 à 31/12/2023	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	15
DMPL - 01/06/2023 à 31/12/2023	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	18
---	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	84
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	87
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	88

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	256.625.000
Preferenciais	256.625.000
Total	513.250.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	723.651	500.042
1.01	Ativo Circulante	103.516	182
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	79	143
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.964	39
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	99.473	0
1.01.08.03	Outros	99.473	0
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	99.473	0
1.02	Ativo Não Circulante	620.135	499.860
1.02.02	Investimentos	620.135	499.860

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	723.651	500.042
2.01	Passivo Circulante	27.539	1.541
2.01.02	Fornecedores	129	2
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.430	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	23.455	1.478
2.01.04.02	Debêntures	23.455	1.478
2.01.05	Outras Obrigações	1.525	61
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.525	61
2.02	Passivo Não Circulante	234.976	248.314
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	162.893	248.314
2.02.01.02	Debêntures	162.893	248.314
2.02.02	Outras Obrigações	69.126	0
2.02.02.02	Outros	69.126	0
2.02.02.02.03	Dividendos a pagar	69.126	0
2.02.03	Tributos Diferidos	2.957	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.957	0
2.03	Patrimônio Líquido	461.136	250.187
2.03.01	Capital Social Realizado	2.533	2.533
2.03.02	Reservas de Capital	250.717	250.717
2.03.04	Reservas de Lucros	207.886	0
2.03.04.01	Reserva Legal	507	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	207.379	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-3.063

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/06/2023 à 31/12/2023
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	307.034	-798
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-751	-3
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	307.785	-795
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	307.034	-798
3.06	Resultado Financeiro	-24.003	-2.265
3.06.01	Receitas Financeiras	1	172
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.004	-2.437
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	283.031	-3.063
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.956	0
3.08.02	Diferido	-2.956	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	280.075	-3.063
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	280.075	-3.063
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,1373	-0,1073
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,1373	-0,1073

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/06/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	280.075	-3.063
4.03	Resultado Abrangente do Período	280.075	-3.063

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/06/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-9.791	187
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-3.339	163
6.01.01.01	Prejuízo do período	283.031	-3.063
6.01.01.02	Juros e variações monetárias de debêntures	20.303	2.358
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-307.785	795
6.01.01.04	Amortização do custo de captação	1.112	73
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-6.452	24
6.01.02.01	Impostos a recuperar	0	-39
6.01.02.03	Fornecedores	128	2
6.01.02.04	Contas a pagar - partes relacionadas	1.464	61
6.01.02.06	Obrigações fiscais	2.430	0
6.01.02.07	Pagamento de juros sobre debêntures	-10.474	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	96.535	-500.655
6.02.02	Adições ao investimento	0	-500.655
6.02.03	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	96.535	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-86.808	500.611
6.03.01	Emissão de debêntures	0	250.000
6.03.02	Custo de transação das debêntures	-757	-2.639
6.03.03	Aumento de capital e reserva de capital	0	253.250
6.03.04	Amortização de debêntures	-86.051	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-64	143
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	143	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	79	143

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.533	250.717	0	-3.063	0	250.187
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.533	250.717	0	-3.063	0	250.187
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-69.126	0	-69.126
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-69.126	0	-69.126
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	280.075	0	280.075
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	280.075	0	280.075
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	207.886	-207.886	0	0
5.06.04	Constituição de reserva de lucros	0	0	207.379	-207.379	0	0
5.06.05	Constituição de reserva legal	0	0	507	-507	0	0
5.07	Saldos Finais	2.533	250.717	207.886	0	0	461.136

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/06/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.533	250.717	0	0	0	253.250
5.04.01	Aumentos de Capital	2.533	250.717	0	0	0	253.250
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.063	0	-3.063
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.063	0	-3.063
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.533	250.717	0	-3.063	0	250.187

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/06/2023 à 31/12/2023
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-751	-3
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	-3
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-736	0
7.02.04	Outros	-15	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-751	-3
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-751	-3
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	307.786	-623
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	307.785	-795
7.06.02	Receitas Financeiras	1	172
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	307.035	-626
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	307.035	-626
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.956	0
7.08.02.01	Federais	2.956	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	24.004	2.437
7.08.03.01	Juros	20.303	2.358
7.08.03.03	Outras	3.701	79
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	280.075	-3.063
7.08.04.02	Dividendos	69.126	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	210.949	-3.063

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	1.006.392	506.971
1.01	Ativo Circulante	441.795	485.926
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	365.807	485.323
1.01.03	Contas a Receber	39.398	0
1.01.03.01	Clientes	37.448	0
1.01.03.01.01	Contas a receber	37.448	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.950	0
1.01.03.02.01	Partes relacionadas	1.950	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	13.687	546
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	22.903	57
1.01.08.03	Outros	22.903	57
1.01.08.03.01	Adiantamentos a fornecedores	22.593	57
1.01.08.03.02	Outros ativos	310	0
1.02	Ativo Não Circulante	564.597	21.045
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	25.263	0
1.02.01.04	Contas a Receber	23.834	0
1.02.01.04.04	Valores a receber do poder concedente	5.695	0
1.02.01.04.05	Recursos vinculados	18.139	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.415	0
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.415	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	14	0
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	14	0
1.02.03	Imobilizado	424.585	21.045
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.627	0
1.02.03.01.01	Imobilizado	5.627	0
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	49.303	0
1.02.03.02.01	Direito de uso em arrendamento	49.303	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	369.655	21.045
1.02.04	Intangível	114.749	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	1.006.392	506.971
2.01	Passivo Circulante	251.820	8.470
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.665	29
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.665	29
2.01.02	Fornecedores	146.475	65
2.01.03	Obrigações Fiscais	55.822	1.087
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	34.541	1.478
2.01.04.02	Debêntures	23.455	1.478
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	11.086	0
2.01.04.03.01	Arrendamento mercantil a pagar	11.086	0
2.01.05	Outras Obrigações	7.317	5.811
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.454	5.811
2.01.05.02	Outros	4.863	0
2.01.05.02.04	Credores pela concessão	4.863	0
2.02	Passivo Não Circulante	293.436	248.314
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	203.300	248.314
2.02.01.02	Debêntures	162.893	248.314
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	40.407	0
2.02.01.03.01	Arrendamento mercantil a pagar	40.407	0
2.02.02	Outras Obrigações	87.134	0
2.02.02.02	Outros	87.134	0
2.02.02.02.03	Credores pela concessão	18.008	0
2.02.02.02.04	Dividendos a pagar	69.126	0
2.02.03	Tributos Diferidos	2.957	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.957	0
2.02.04	Provisões	45	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	45	0
2.02.04.01.05	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	45	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	461.136	250.187
2.03.01	Capital Social Realizado	2.533	2.533
2.03.02	Reservas de Capital	250.717	250.717
2.03.04	Reservas de Lucros	207.886	0
2.03.04.01	Reserva Legal	507	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	207.379	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-3.063

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/06/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	983.315	19.961
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-540.193	-19.961
3.03	Resultado Bruto	443.122	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-29.564	-2.757
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-35.272	-2.757
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	5.708	0
3.04.05.01	Outras receitas e despesas	5.708	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	413.558	-2.757
3.06	Resultado Financeiro	13.561	537
3.06.01	Receitas Financeiras	46.513	3.114
3.06.02	Despesas Financeiras	-32.952	-2.577
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	427.119	-2.220
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-147.044	-843
3.08.01	Corrente	-145.503	-843
3.08.02	Diferido	-1.541	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	280.075	-3.063
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	280.075	-3.063
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	PN	0,1373	-0,1373
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,1373	-0,1373

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/06/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	280.075	-3.063
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	280.075	-3.063

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/06/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	320.002	5.757
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	487.863	211
6.01.01.01	Prejuízo do período	427.119	-2.220
6.01.01.02	Juros e variações monetárias de debêntures	20.303	2.358
6.01.01.04	Amortização do custo de captação	1.112	73
6.01.01.05	Ajuste a valor presente	5.374	0
6.01.01.06	Depreciação e amortização	12.160	0
6.01.01.07	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	45	0
6.01.01.08	Credores pela concessão	17.858	0
6.01.01.09	Provisão para participação nos lucros	3.696	0
6.01.01.10	Perdas de arrecadação	196	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-52.103	5.546
6.01.02.01	Impostos a recuperar	-9.216	-546
6.01.02.02	Adiantamentos a fornecedores	-22.536	-57
6.01.02.03	Fornecedores	9.224	65
6.01.02.04	Contas a pagar - partes relacionadas	-3.357	5.811
6.01.02.05	Obrigações sociais	3.940	29
6.01.02.06	Obrigações fiscais	10.282	244
6.01.02.07	Contas a receber	-37.644	0
6.01.02.08	Valores a receber do poder concedente	-5.695	0
6.01.02.09	Partes relacionadas	-1.950	0
6.01.02.10	Depósitos judiciais	-14	0
6.01.02.11	Credores pela concessão	4.863	0
6.01.03	Outros	-115.758	0
6.01.03.01	Outros ativos	-310	0
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-104.974	0
6.01.03.03	Pagamento de juros sobre debêntures	-10.474	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-339.645	-21.045
6.02.01	Aquisições de itens da infraestrutura em andamento	0	-21.045
6.02.03	Aquisições de itens de infraestrutura em construção	-305.759	0
6.02.04	Aquisições de itens de intangível	-9.942	0
6.02.05	Aquisições de itens de imobilizado	-5.955	0
6.02.06	Recursos vinculados	-17.989	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-99.873	500.611
6.03.01	Emissão de debêntures	0	250.000
6.03.02	Custo de transação das debêntures	0	-2.639
6.03.03	Aumento de capital e reserva de capital	0	253.250
6.03.04	Amortização de debêntures	-86.051	0
6.03.05	Custos de captação de debêntures	-757	0
6.03.06	Pagamentos de arrendamento mercantil	-13.065	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-119.516	485.323
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	485.323	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	365.807	485.323

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.533	0	250.717	-3.063	0	250.187	0	250.187
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.533	0	250.717	-3.063	0	250.187	0	250.187
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-69.126	0	-69.126	0	-69.126
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-69.126	0	-69.126	0	-69.126
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	280.075	0	280.075	0	280.075
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	280.075	0	280.075	0	280.075
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	207.886	-207.886	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	507	-507	0	0	0	0
5.06.04	Constituição de reserva de lucros	0	0	207.379	-207.379	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.533	0	458.603	0	0	461.136	0	461.136

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/06/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.533	250.717	0	0	0	253.250	0	253.250
5.04.01	Aumentos de Capital	2.533	250.717	0	0	0	253.250	0	253.250
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.063	0	-3.063	0	-3.063
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.063	0	-3.063	0	-3.063
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.533	250.717	0	-3.063	0	250.187	0	250.187

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/06/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	1.039.100	19.961
7.01.02	Outras Receitas	583.423	0
7.01.02.01	Receita de serviços prestados	577.649	0
7.01.02.02	Desconto de usuário frequente	5.695	0
7.01.02.03	Receitas acessórias	66	0
7.01.02.04	Outras receitas	13	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	455.677	19.961
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-526.645	-22.652
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-25.774	-96
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-14.151	-2.595
7.02.04	Outros	-486.720	-19.961
7.02.04.01	Custo dos serviços de construção	-455.677	-19.961
7.02.04.02	Custo da concessão	-18.390	0
7.02.04.03	Outros custos	-12.653	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	512.455	-2.691
7.04	Retenções	-12.160	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.160	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	500.295	-2.691
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	46.513	3.114
7.06.02	Receitas Financeiras	46.513	3.114
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	546.808	423
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	546.808	423
7.08.01	Pessoal	33.019	54
7.08.01.01	Remuneração Direta	26.076	50
7.08.01.02	Benefícios	5.575	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.368	4
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	197.248	858
7.08.02.01	Federais	168.706	858
7.08.02.03	Municipais	28.542	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	23.796	2.431
7.08.03.01	Juros	20.303	2.431
7.08.03.02	Aluguéis	3.493	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	280.075	-3.063
7.08.04.02	Dividendos	69.126	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	210.949	-3.063
7.08.05	Outros	12.670	143

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



EPR Infraestrutura PR S.A.

Relatório da Administração 2024



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 2024

São Paulo (SP), 31 de março de 2025 – A EPR Infraestrutura PR S.A. (“Companhia” ou “EPR Infra PR”) divulga seus resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

EPR Infraestrutura PR S.A.

A EPR Infraestrutura PR S.A. é uma sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sob categoria “B”, constituída em 1º de junho de 2023, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, conjunto 65, sala 22, 6 andar, Bairro Jardim Paulistano, no município de São Paulo - SP.

A Companhia e sua controlada (em conjunto denominadas “Grupo”) tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através de exploração direta, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários federais.

EPR Litoral Pioneiro S.A.

A EPR Litoral Pioneiro S.A. foi constituída em 1º de junho de 2023, tendo por objeto social a exploração da concessão de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, composto pelos trechos da BR-153/277/369 e PR-092/151/239/407/408/411/508/804/855, denominado Rodovias do Paraná – Lote 2, bem como a exploração de receitas extraordinárias devidamente autorizadas, nos termos, o prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão nº 02/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e no respectivo Contrato de Concessão.

O “Contrato n.º 002/2023” foi celebrado em 30 de janeiro de 2024 com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”). O prazo de concessão é de 30 anos.

A Concessionária opera 05 praças de pedágio e 12 Postos de Atendimento ao longo dos 605 quilômetros de extensão do trecho concedido, cruzando 27 municípios, todos no estado do Paraná.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Grupo EPR

A EPR Participações S.A. ("EPR"), acionista controladora direta da EPR Infra PR, é uma plataforma de investimentos em concessões de rodovias e mobilidade, com o propósito de prestar serviços a usuários, administrar e realizar investimentos para modernização e manutenção das rodovias concedidas pelo Poder Público, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua. A empresa é a consolidação da parceria da Equipav, com mais de 60 anos de experiência em infraestrutura, com a Perfin, gestora de fundos de investimentos em infraestrutura.

A EPR, por meio da EPR Triângulo, da EPR Sul de Minas, EPR Vias do Café, EPR Via Mineira e EPR Litoral Pioneiro (sociedades de propósito específico), administra, respectivamente, três concessões estaduais de rodovias e uma concessão federal de rodovias no Estado de Minas Gerais e uma concessão de rodovia federal no Estado do Paraná.

Em 19 de dezembro de 2024, o Grupo EPR sagrou-se vencedor do leilão da concessão federal do lote 6 do estado do Paraná.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mensagem do Diretor Presidente

A EPR Infraestrutura PR é a controladora da concessionária EPR Litoral Pioneiro.

O início da concessão da EPR Litoral Pioneiro ocorreu no final de fevereiro de 2024 e um dos grandes destaques foi a capacidade de comunicação com a sociedade (comunidades, municípios, fornecedores, associações etc.) desde o começo da operação. A licença social é um vetor importante da concessionária que busca ter a abertura de diálogo com públicos diversos buscando receber informações e opiniões para melhoria contínua da prestação de serviços.

As rodovias que ligam Curitiba ao Litoral e os Campos Gerais ao Norte Pioneiro ficaram mais de dois anos sem investimentos relevantes. Outro destaque importante em 2024, foi a realização de obras, melhorias e manutenção buscando dar conforto e segurança aos usuários. Os investimentos realizados promoveram a trafegabilidade nas vias e a prestação de serviços aos usuários.

Em novembro de 2024, a EPR Litoral Pioneiro iniciou a “Operação Verão – Partiu férias piá” com o intuito de melhorar a fluidez, segurança, atendimento ágil nas rodovias que levam ao litoral. A primeira fase da operação especial de fim de ano registrou um movimento extraordinário de veículos entre o Natal e o Ano Novo. A concessionária não registrou acidentes com óbitos no trecho mais procurado pelos motoristas: a BR-277, que liga Curitiba ao Litoral, durante as festas de final de ano.

Entre os dias de 20 de dezembro de 2024 e 05 de janeiro de 2025, passaram pelas rodovias 1,3 milhões de veículos. A BR-277 foi a mais movimentada. A praça de pedágio de São José dos Pinhais registrou mais de 600 mil veículos. A estrutura operou com capacidade máxima no período, com 13 cabines que podem ser alternadas conforme o sentido da rodovia com maior movimento, além de 4 pistas exclusivas para pagamento com TAG e arrecadadores extras. Isto garantiu que não se formassem filas e nem demora aos motoristas.

O atendimento operacional também foi reforçado, com ampliação da frota de ambulâncias, guinchos, caminhões-pipa, veículos de inspeção e de apoio. Foram realizados 3095 atendimentos às principais ocorrências de socorro mecânico, remoção de veículos e atendimento pré-hospitalar.

A equipe de atendimento ao usuário realizou 2 (dois) partos em 2024: um parto foi realizado dentro da ambulância da concessionária na rodovia estadual PR-151, entre Carambeí e Ponta Grossa, a caminho do hospital e o outro parto ocorreu na ambulância e o trabalho de parto iniciou na base do Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) de Paranaguá, na BR-277. Essas ocorrências mostram que a EPR Litoral Pioneiro está atendendo a população da região com agilidade e segurança.

Para 2025, a concessionária continuará a realizar os investimentos previstos no contrato de concessão com a contínua proposição de diálogo com a sociedade, buscando a segurança dos usuários e a trafegabilidade das rodovias.

José Carlos Cassaniga



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Destaques de 2024

Operacional e Regulatório

O Contrato de concessão da EPR Litoral Pioneiro foi celebrado em 30 de janeiro de 2024 com a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e a data de assunção do sistema rodoviário foi em 28 de fevereiro de 2024.

Em 23 de março de 2024, a EPR Litoral Pioneiro iniciou a cobrança de pedágio em 5 (cinco) praças, antecipando em 3 meses o início da arrecadação em relação ao prazo regulatório e a prestação de serviços operacionais aos usuários. O atendimento operacional oferece informações sobre as estradas, como eventuais bloqueios, trechos em obras, novas bases de Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU), o acionamento para eventuais emergências (socorros mecânicos e médicos) e viaturas de inspeção de tráfego.

A EPR Litoral Pioneiro buscando seu compromisso com a segurança e excelência na prestação de serviços ao usuário apresentou os seguintes números de atendimentos no ano de 2024:

Atendimentos	Quantidade
Socorro Médico	5.670
Socorro Mecânico	26.401
Atendimento (Caminhão Pipa)	1.801
Atendimento (Caminhão Boiadeiro)	2.077
Inspeções	45.270
TOTAL	81.219

A concessionária reativou a área de escape na altura do km 37 da BR-277 sentido litoral. Em 2024, a área de escape teve 17 entradas, sendo de 8 caminhões, 1 ônibus e 8 automóveis. Esse dispositivo reforça a segurança no trecho, salvando vidas.

Investimentos

Ao longo do primeiro ano de concessão foram realizados serviços de revitalização de infraestrutura existente, tais como: revitalização das pistas com trabalhos de pavimentação e operações de remendos emergenciais, sinalização das rodovias através da pintura de faixas, implantação de tachas refletivas, troca e implantação de placas de sinalização, implantação de defensas metálicas e trocas de defensas avariadas, implantação de cercas para delimitação da faixa de domínio das rodovias, assim como, a roçada da vegetação ao longo de todo o trecho concedido.

Quantitativos dos investimentos realizados:

Pistas revitalizadas (km): 605
 Sinalização vertical (und): 18.700
 Sinalização Horizontal (m²): 830.000
 Tachas refletivas implantadas (und): 300.000
 Defensas metálicas implantadas ou repostas (m): 39.500
 Área de roçada (ha): 4.280
 Cercas implantadas ou trocadas (m): 300.000



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Financeiro

EPR Litoral Pioneiro

Em 15 de dezembro de 2024, a EPR Litoral Pioneiro realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória sob condição suspensiva, em 6 (seis) séries, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, com vencimento final em 15 de março de 2049. O montante total da emissão foi de R\$ 5.550.900 mil. As debêntures foram integralmente subscritas, mas não integralizadas. As debêntures serão integralizadas mediante o atendimento das respectivas condições precedentes da Escritura.

Em 20 de dezembro de 2024, a EPR Litoral Pioneiro assinou o contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no montante de R\$ 829.580.000 mil, com vencimento final em 15 de março de 2049. O financiamento será liberado em subcréditos para a concessionária.

A emissão de debêntures e o contrato de financiamento tem o objetivo de financiar os investimentos previstos no contrato de concessão.

EPR Infraestrutura PR

Em 22 de outubro de 2024, a EPR Infraestrutura PR efetuou a Amortização Extraordinária Facultativa de 34,42% do valor unitário das debêntures da 1ª emissão.

Em 17 de dezembro de 2024, a EPR Infraestrutura PR realizou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, em rito automático, com vencimento final em 04 de dezembro de 2026. O montante total da emissão foi de R\$ 260.000 mil. As debêntures foram integralmente subscritas em 2024, mas integralizadas em 14 de fevereiro de 2025.

Em 10 de fevereiro de 2025, a EPR Infraestrutura PR efetuou a Amortização Extraordinária Facultativa de 31,49% do valor unitário das debêntures da 1ª emissão.

Em 16 de dezembro de 2024, a Companhia e a EPR Litoral Pioneiro obtiveram a concessão de registro de Emissor – categoria B pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Econômico-Financeiros

A receita bruta com arrecadação de pedágio da Companhia foi de R\$ 577,6 milhões no exercício social findo em 2024.

A receita líquida ajustada¹ em 2024 foi de R\$ 527,6 milhões.

O tráfego foi de 15,5 milhões de veículos e de 41,6 milhões de eixos equivalentes² em 2024.

O EBITDA ajustado no exercício social findo em 2024 foi de R\$ 425,7 milhões (margem EBITDA

¹ Receita líquida ajustada desconsidera a receita de construção.

² Eixos equivalentes: refere-se à quantidade de eixos pagantes de cada veículo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ajustada de 80,7%).

No período de doze meses de 2024, a Companhia registrou R\$ 455,7 milhões com custos de construção com concentração no último mês do ano e desembolsou R\$ 321,7 milhões, com destaque para obras de Trabalhos Iniciais, conforme o Programa de Exploração da Rodovia (PER).

Programa de Integridade EPR

A EPR Infraestrutura PR e a EPR Litoral Pioneiro estão sujeitas às disposições do Código de Conduta e da Política de Compliance de sua controladora, a EPR, que compõe, junto com suas controladas, o Grupo EPR ("Grupo EPR" e "Políticas", respectivamente). O Grupo EPR ressalta ainda que, foram revisadas, criadas e lançadas em abril de 2024 as seguintes políticas de integridade, que estão vigentes:

- (i) Política de Integridade e Combate à Corrupção e ao Suborno;
- (ii) Política de Cumprimento do Código de Conduta;
- (iii) Política de Transação com Partes Relacionadas;
- (iv) Política do Canal de Ética Não Retaliação e Gestão de Consequências;
- (v) Política de Conflito de Interesses;
- (vi) Política de Brindes Presentes Entretenimento e Hospitalidades;
- (vii) Política de Doações Contribuições e Patrocínio;
- (viii) Política de Relacionamento com o Poder Público; e
- (ix) Política de Comportamentos e Atividades Político-eleitorais

As referidas Políticas visam prevenir, detectar e remediar irregularidades, de modo a reduzir os riscos de violação à legislação anticorrupção e antissuborno aos quais está sujeita no âmbito de seus negócios, e foram elaboradas com base nas diretrizes previstas na legislação de anticorrupção brasileira, dentre elas a Lei n.º 12.846, de 2013 e Decreto n.º 11.129, de 2022 (que revogou o antigo Decreto n.º 8.420, de 2015), bem como em melhores práticas de mercado nacionais e internacionais.

Como parte do aprimoramento do programa de integridade, o Conselho de Administração melhorou mecanismos de controle e de estrutura de governança corporativa adotando as seguintes medidas: (i) criação da gerência de integridade e auditoria interna, em linha de reporte para a presidência do Grupo EPR; (ii) contratação de consultoria para auditorias internas; (iii) aprovação das políticas de integridade e do código de conduta ética. A estrutura dedicada ao tema estabeleceu processos para gestão de *onboarding* de fornecedores, gestão de GRC, bem como revisão e inclusão de cláusulas anticorrupção e de integridade, também com foco em responsabilidade socioambiental, em todos os contratos firmados com parceiros de negócio.

O programa de integridade tem como objetivo facilitar a compreensão e conhecimento pelos administradores e colaboradores de suas diretrizes, orientar e analisar para que os objetivos do programa estejam alinhados aos pontos estratégicos do Grupo EPR, por meio de suas atividades de monitoramento e controles e submeter à análise crítica periódica da alta direção e órgão diretivo. Ademais, disseminar as políticas e procedimentos e recomendar a mitigação adequada às condutas contrárias das determinações do programa de integridade. O Grupo EPR possui em seu programa um canal de ética imparcial, administrado por terceiro, disponível 24h, sete dias por semana, no qual a área de integridade tem como escopo conduzir, gerenciar e tratar as denúncias recebidas, além de deliberar os temas em comitê executivo de integridade e ética da EPR.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Sustentabilidade

Comitê Socioambiental

A EPR Litoral Pioneiro estabeleceu um Comitê Socioambiental, em abril de 2024, com a aprovação do Diretor Presidente, com a missão de planejar e executar ações que promovam a inclusão social e a conscientização ambiental. Entre as iniciativas realizadas em 2024, destacam-se a campanha do agasalho, doação de sangue, doação de brinquedos para a campanha de Natal e educação ambiental, iniciativas que fortaleceram os vínculos com a comunidade e reforçaram as práticas sustentáveis e sociais da Companhia.

Programas ambientais e sociais

O contrato de concessão prevê o desenvolvimento do Programa Carbono Zero, o qual determina a neutralização das emissões provenientes das atividades de operação do sistema rodoviário.

O Programa Carbono Zero é composto por três fases: Inventário, Compensação e Certificação. A Companhia em 2024 estava na fase de inventário e o relatório será entregue à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no início do 2º ano do Contrato de Concessão (2025), abrangendo as atividades operacionais do ano de 2024. Ao finalizar o inventário, serão estabelecidas ações e metas para a redução das emissões no próximo ciclo.

A concessionária atua para garantir o atendimento aos Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation (IFC)*, fortalecendo ainda mais suas práticas de sustentabilidade e responsabilidade social. Em 2024, foi realizado o planejamento e iniciada a implantação para a aderência aos padrões de desempenho do *IFC*. Além disso, a Companhia iniciou a implantação dos sistemas de Gestão ISO (ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001 e ISO 39001).

A EPR Litoral Pioneiro realizou doações a projetos incentivados em 2024. Foram 5 projetos, sendo: 2 projetos de incentivo à cultura, 1 projeto de incentivo ao esporte, 1 projeto relacionado ao fundo de apoio à pessoa idosa e 1 projeto relacionado ao fundo de apoio à criança e adolescente, no montante total de R\$ 1,6 milhões.

Operação Verão

A EPR Litoral Pioneiro visando a segurança, atendimento ágil e de qualidade, iniciou em novembro de 2024 a operação “Operação Verão – Partiu férias piá” com o intuito de melhorar a fluidez nas rodovias que levam ao litoral. Com a implantação de novas pistas de autoatendimento e aumento da equipe operacional, a Companhia busca promover segurança e fluidez.

Em um balanço parcial da operação verão 2024/2025, 10 mil acionamentos foram realizados com a necessidade de 3 mil atendimentos, sendo que neste intervalo de pouco mais de um mês da operação, celebra-se a ausência de acidentes com vítimas fatais em meio ao grande movimento de veículos.

Entre os dias de 20 de dezembro de 2024 e 05 de janeiro de 2025, passaram pelas rodovias 1,3 milhões de veículos. A BR-277 foi a mais movimentada. A praça de pedágio de São José dos Pinhais registrou mais de 600 mil veículos.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Recursos Humanos

Em 2024, a EPR Litoral Pioneiro registrou o maior número de contratações, totalizando 442 empregos diretos na região da concessão.

O grupo EPR criou um canal de vagas que divulga as oportunidades abertas e possibilita os interessados a cadastrar seu currículo e enviar a candidatura. O canal apresenta os valores do grupo que são baseados em ética, respeito, transparência e colaboração.

A EPR valoriza a inclusão e acredita no potencial de cada pessoa, por isso, está comprometida em construir um ambiente de trabalho cada vez mais diverso.

Desenvolvimento econômico dos municípios

A EPR Litoral Pioneiro, no ano de 2024, repassou R\$ 28,5 milhões em Imposto Sobre Serviços (ISS) aos 27 municípios que compõem a malha sob sua administração. Cada município poderá destinar a arrecadação para investir em diversas áreas, tais como: saúde, educação e infraestrutura.

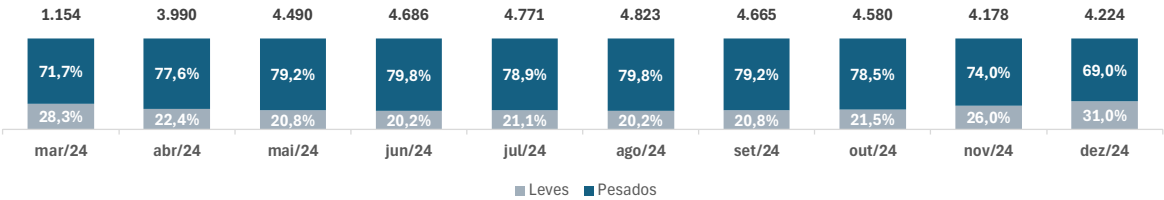


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desempenho

Tráfego

O tráfego mensal em eixos equivalentes teve a seguinte distribuição entre leves e pesados desde 23 de março de 2024 (início da arrecadação) até 31 de dezembro de 2024:



O tráfego acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 41,6 milhões de eixos equivalentes, sendo 9,4 milhões de veículos leves e 32,1 milhões de veículos pesados.

Tráfego em milhares de eixos equivalentes	2024	2024%
Leves	9.435	23%
Pesados	32.127	77%
Total	41.562	100%

Tarifa Média

A tarifa média líquida (receita líquida ajustada sobre eixos equivalentes) no período findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 12,70.

Receita

A cobrança de pedágio iniciou-se em 23 de março de 2024. Dessa forma, não houve receita de arrecadação de pedágio no período findo de 2023.

A receita líquida consolidada totalizou R\$ 983,3 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2024. A receita líquida ajustada foi de R\$ 527,6 milhões em 31 de dezembro de 2024.

Receita (R\$ mil)	2024	2023
Receita Bruta	1.033.392	19.961
Receita de serviços prestados	577.649	-
Receita de serviços de construção	455.677	19.961
Receitas acessórias	66	-
Imposto sobre receitas operacionais	(50.077)	-
Receita Líquida	983.315	19.961
Receita Líquida Ajustada	527.638	-



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Custos e Despesas Operacionais

Custos e Despesas Operacionais (R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo de serviços de construção	-	-	(455.677)	(19.961)
Com pessoal	-	-	(33.564)	-
Serviços de terceiros	(736)	(3)	(27.831)	(66)
Custos da concessão	-	-	(18.390)	-
Depreciação e amortização	-)	-	(12.160)	(96)
Seguros e garantias	-	-	(5.335)	-
Combustíveis e lubrificantes	-	-	(5.313)	-
Aluguéis	-	-	(.493)	-
Perda de arrecadação	-	-	(196)	-
Outros	(15)	-	(13.506)	(2.595)
Custos e Despesas Operacionais	(751)	(3)	(575.465)	(22.718)

Em 31 de dezembro de 2024 os custos de serviços de construção consolidado foram de R\$ 455,7 milhões de um total de R\$ 575,5 milhões, representando 79,2% do total de custos operacionais.

EBITDA

O EBITDA Consolidado totalizou R\$ 425,7 milhões em 31 de dezembro de 2024, com margem EBITDA ajustada de 80,7%.

EBITDA (R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita líquida	-	-	983.315	19.961
Receita de construção	-	-	(455.677)	(19.961)
Receita Líquida Ajustada	-	-	527.638	-
Custos operacionais	-	-	(540.193)	(19.961)
Equivalência patrimonial	307.785	(795)	-	-
Despesas operacionais	(751)	(3)	(35.272)	(2.757)
Outras receitas e despesas	-	-	5.708	-
Custos de construção	-	-	455.677	19.961
Custos Operacionais (s/ custos de construção)	307.034	(798)	(114.080)	(2.757)
EBIT	307.034	(798)	413.558	(2.757)
Depreciação e amortização	-	-	12.160	-
EBITDA	307.034	(798)	425.718	(2.757)
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>80,7%</i>	<i>0,0%</i>



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Conforme a Resolução CVM nº156, de 23 de junho de 2022, segue abaixo a reconciliação do lucro (prejuízo) líquido para o EBITDA:

EBITDA (R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo do exercício	280.075	(3.063)	280.075	(3.063)
(+) IR e CS - correntes e diferidos	2.956	-	147.044	843
(+) Resultado financeiro	24.003	2.265	(13.561)	(537)
(+) Depreciação e amortização	-	-	12.160	-
EBITDA	307.034	(798)	425.718	(2.757)

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas Financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	1	172	46.475	3.114
Outras receitas	-	-	38	-
Despesas Financeiras				
Juros sobre debêntures	(20.303)	(2.358)	(20.303)	(2.358)
Ajuste a valor presente	-	-	(5.374)	-
Impostos sobre receitas financeiras	(2.421)	-	(4.589)	-
Amortização dos custos de captação	(1.112)	(73)	(1.112)	(73)
Outras despesas financeiras	(168)	(6)	(1.574)	(146)
Resultado Financeiro	(24.003)	(2.265)	13.561	537

O resultado financeiro líquido na Controladora foi de -R\$ 24,0 milhões em 31 de dezembro de 2024, R\$ 13,6 milhões no Consolidado. O resultado na Controladora representa os juros das debêntures captadas. O resultado no Consolidado é representado pelo incremento de rendimentos sobre aplicações financeiras, dado a maior disponibilidade de saldo de caixa aplicado, subtraídos pelos juros das debêntures captadas. O saldo de aplicações financeiras vem sendo consumido no pagamento das obras de atendimento ao PER.

Endividamento

Endividamento (R\$ mil)	Quantidade	Taxas Contratuais	Vencimento	2024	2023
1ª emissão					
série única	250.000	CDI + 2,75%	dez-26	186.348	249.792
Total Debêntures				186.348	249.472
Arrendamento mercantil				51.493	-
Caixa				(365.807)	(485.323)
Dívida Líquida				(179.459)	(235.531)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A EPR Infraestrutura PR possui saldo de dívida líquida negativa de R\$ 179,5 milhões em 31 de dezembro de 2024, como resultado da 1ª emissão de debêntures realizada em 04 de dezembro de 2023.

Em 22 de outubro de 2024, a EPR Infraestrutura PR efetuou a Amortização Extraordinária Facultativa de 34,42% do valor unitário das debêntures da 1ª emissão.

Lucro (Prejuízo) Líquido

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 280,1 milhões no Consolidado.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Governança Corporativa

Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem como atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; eleger e destituir membros da Diretoria; convocar assembleia geral ordinária e extraordinária; manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; entre outras atribuições.

Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Relacionamento com a Auditoria Externa

A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou outros serviços além revisões das Informações Trimestrais dos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2024 e da auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que possam levar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos serviços de auditoria prestados.

Declaração da Administração

A Administração da EPR Infraestrutura PR S.A. declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou i) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e (ii) com o conteúdo e conclusão expressos no relatório dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras relativas ao período entre 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Demonstração de Resultado

Demonstração do resultado (em R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-	983.315	19.961
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	-	-	(540.193)	(19.961)
LUCRO BRUTO	-	-	443.122	-
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas gerais e administrativas	(751)	(3)	(35.272)	(2.757)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	5.708	-
Equivalência patrimonial	307.785	(795)	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	307.034	(798)	413.558	(2.757)
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas Financeiras	1	172	46.513	3.114
Despesas Financeiras	(24.004)	(2.437)	(32.952)	(2.577)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	283.031	(3.063)	427.119	(2.220)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Correntes	-	-	(145.503)	(843)
Diferidos	(2.956)	-	(1.541)	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	280.075	(3.063)	280.075	(3.063)
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	0,1373	(0,1073)	0,1373	(0,1073)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Balanco Patrimonial									
ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	79	143	365.807	485.323	Fornecedores	129	2	146.475	65
Contas a receber	-	-	37.448	-	Debêntures	23.455	1.478	23.455	1.478
Partes relacionadas	-	-	1.950	-	Arrendamento mercantil a pagar	-	-	11.086	-
Impostos a recuperar	3.964	39	13.687	546	Obrigações sociais	-	-	7.665	29
Adiantamentos a fornecedores	-	-	22.593	57	Obrigações fiscais	2.430	-	55.822	1.087
Dividendos e juros sobre capital próprio	99.473	-	-	-	Partes relacionadas	1.525	61	2.454	5.811
Recurso vinculado	-	-	-	-	Credores pela concessão	-	-	4.863	-
Outros ativos	-	-	310	-					
Total do ativo circulante	103.516	182	441.795	485.926	Total do passivo circulante	96.760	1.541	321.041	8.470
NÃO CIRCULANTE					NÃO CIRCULANTE				
Valores a receber do poder concedente	-	-	5.695	-	Debêntures	162.893	248.314	162.893	248.314
Recursos vinculados	-	-	18.139	-	Arrendamento mercantil a pagar	-	-	40.407	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	1.415	-	Credores pela concessão	-	-	18.008	-
Depósitos judiciais	-	-	14	-	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	69.126	-	69.126	-
					Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.957	-	2.957	-
					Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-	-	45	-
Realizável a longo prazo	-	-	25.263	-	Total do passivo não circulante	234.976	248.314	293.436	248.314
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Investimento	620.135	499.860	-	-	Capital social	2.533	2.533	2.533	2.533
Direito de uso em arrendamento	-	-	49.303	-	Reserva de capital	250.717	250.717	250.717	250.717
Imobilizado	-	-	5.627	-	Reserva legal	507	-	507	-
Infraestrutura em construção	-	-	369.655	21.045	Reserva de lucros	207.379	-	207.379	-
Intangível	-	-	114.749	-	Lucros (Prejuízos) acumulados	-	(3.063)	-	(3.063)
Total do ativo não circulante	620.135	499.860	564.597	21.045	Total do patrimônio líquido	461.136	250.187	461.136	250.187
TOTAL DO ATIVO	723.651	500.042	1.006.392	506.971	TOTAL DO PASSIVO	262.515	249.855	545.256	256.784
					TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	723.651	500.042	1.006.392	506.971

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Demonstração de Fluxo de Caixa

Demonstração de fluxo de caixa (em R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro/Prejuízo antes dos tributos	283.031	(3.063)	427.119	(2.220)
Ajustes de:				
Equivalência patrimonial	(307.785)	795	-	-
Juros sobre debêntures	20.303	2.358	20.303	2.358
Amortização dos custos de captação de debêntures	1.112	73	1.112	73
Ajuste a valor presente	-	-	5.374	-
Depreciação e amortização	-	-	12.160	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-	-	45	-
Credores pela concessão	-	-	17.858	-
Provisão para participação nos lucros	-	-	3.696	-
Perdas de arrecadação	-	-	196	-
Redução (aumento) dos ativos operacionais:				
Contas a receber	-	-	(37.644)	-
Valores a receber do poder concedente	-	-	(5.695)	-
Partes relacionadas	-	-	(1.950)	-
Impostos a recuperar	-	(39)	(9.216)	(546)
Adiantamentos a fornecedores	-	-	(22.536)	(57)
Depósitos judiciais	-	-	(14)	-
Outros ativos	-	-	(310)	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais:				
Fornecedores	128	2	9.224	65
Obrigações sociais	-	-	3.940	29
Obrigações fiscais	2.430	-	10.282	244
Partes relacionadas	1.464	61	(3.357)	5.811
Credores pela concessão	-	-	4.863	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	683	187	435.450	5.757
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	(104.974)	-
Pagamento de juros sobre debêntures	(10.474)	-	(10.474)	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(9.791)	187	320.002	5.757
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aumento de capital em controladas	-	(500.655)	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	96.535	-	-	-
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	-	-	(305.759)	(21.045)
Aquisições de itens de intangível	-	-	(9.942)	-
Aquisições de itens de imobilizado	-	-	(5.955)	-
Recursos vinculados	-	-	(17.989)	-
Caixa líquido (gerado pelas) utilizado nas atividades de investimento	96.535	(500.655)	(339.645)	(21.045)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital social e reserva de capital	-	253.250	-	253.250
Emissão de debêntures	-	250.000	-	250.000
Amortização de debêntures - principal	(86.051)	-	(86.051)	-
Custos de captação de debêntures	(757)	(2.639)	(757)	(2.639)
Pagamento de arrendamento mercantil	-	-	(13.065)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(86.808)	500.611	(99.873)	500.611
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(64)	143	(119.516)	485.323
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	143	-	485.323	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	79	143	365.807	485.323

Notas Explicativas

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A EPR Infraestrutura PR S.A. (“EPR Infraestrutura” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de propósito escífico com registro de companhia aberta na categoria “B” perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), constituída em 1º de junho de 2023, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, conjunto 65, sala 22, 6 andar, Bairro Jardim Paulistano, no município de São Paulo - SP.

A Companhia e sua controlada (em conjunto denominadas “Grupo”) tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através de exploração direta, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários federais.

Segmento Operacional

O principal órgão tomador de decisões da Companhia, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a diretoria, e a diretoria avaliou a natureza do ambiente em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade investimento na prestação de serviços de operação de rodovias (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

2. Entidades do Grupo

A tabela abaixo apresenta a participação da Companhia no quadro acionário total de sua controlada, bem como sua principal atividade.

Controlada	Atividade principal	Contrato de concessão	Data do término da concessão	Participação	Participação	
					2024	2023
EPR Litoral Pioneiro S.A.	Concessão de rodovias	Nº 02/2023	Fev/54	Direta	100%	100%

Constituída em 1º de junho de 2023, a EPR Litoral Pioneiro S.A. (“Litoral Pioneiro”) tem por objeto social, a exploração da concessão de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário, denominado Rodovias do Paraná – Lote 2, bem como a exploração de receitas extraordinárias devidamente autorizadas, nos termos, o prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão nº 02/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e no respectivo contrato de concessão.

A concessão celebrada através do contrato n.º 002/2023, de 30 de janeiro de 2024, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), com prazo de concessão de 30 anos, com data de início de concessão efetiva em 28 de fevereiro de 2024, fornece ao Grupo o direito de exploração de concessão por meio de serviços de operação, conservação, manutenção, monitoração, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço do sistema rodoviário que compõem o Lote 2 – Rodovias do Paraná.

Notas Explicativas EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O lote da concessão compreende a extensão de 604,16 quilômetros de malha formada por 12 rodovias que passam por 27 municípios paranaenses, e contam com 6 praças de pedágios, sendo 4 em operação na data base. O serviço de atendimento ao usuário (SAU) funciona 24 horas por dia nas 9 bases de atendimentos ao longo do trecho, dando suporte de emergência aos usuários. O contrato de concessão estabelece que as tarifas de cada praça de pedágio serão definidas tendo como referência tarifa de pedágio estipulada em contrato sendo esta, ainda, diferenciadas por categorias de veículos, em razão do número de eixos e da rodagem, e corrigidas anualmente de acordo com os parâmetros estabelecidos em contrato.

A principal fonte de receita do Grupo ocorre através da arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 23 de março de 2024. A tarifa de pedágio poderá ser reajustada anualmente, ou em casos excepcionais, conforme regramento do contrato de concessão.

O projeto abrange investimentos obrigatórios, estabelecidos no contrato de concessão, relacionados à obras de:

- Recuperação e manutenção do sistema rodoviário e dos serviços prestados;
- Ampliação de capacidade, melhorias e manutenção abrangendo a realização de obras de duplicação e construção de faixas adicionais; e
- Obras de melhoria envolvendo travessias urbanas, vias marginais, acessos, trevos, passagens e retornos, passarelas, ciclovias, sistemas de iluminação, passagem de fauna, pontos de ônibus, entre outros.

Durante o exercício, o Grupo realizou investimentos significativos na recuperação da infraestrutura rodoviária, reforçando seu compromisso com a segurança viária, fluidez do tráfego e qualidade dos serviços prestados aos usuários. O total investido no exercício foi de R\$ 455.677 distribuído entre diversas frentes de trabalho essenciais para atingir os parâmetros de qualidade da rodovia. Os principais investimentos contemplaram:

- Pavimentação: recuperação do pavimento para garantir maior conforto e segurança aos usuários;
- Implantação e recuperação de edificações e instalações: construção e reforma de instalações operacionais e de apoio;
- Canteiro central e faixa de domínio: ações voltadas à preservação das áreas adjacentes à rodovia;
- Sinalização e elementos de proteção e segurança viária: instalação de sinalizações verticais e horizontais, defensas metálicas e demais dispositivos de segurança;
- Terraplenos e estruturas de contenção: obras para estabilização de encostas e reforço estrutural;
- Sistema de drenagem e obras de arte correntes: melhorias na drenagem e execução de obras hidráulicas para prevenção de alagamentos e erosões;
- Obras-de-arte especiais: recuperação de pontes, viadutos e passarelas; e
- Sistemas elétricos e de iluminação: implantação e modernização da iluminação ao longo do trecho concedido.

Esses investimentos refletem o compromisso do Grupo com a excelência na gestão da infraestrutura viária, contribuindo para a segurança, eficiência e conforto dos usuários da rodovia.

Notas Explicativas EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação à infraestrutura em construção de sua controlada.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 31 de março de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela diretoria na sua gestão.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem efeito mais significativo nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

(i) Capitalização do ativo intangível

A capitalização do ativo intangível é o processo contábil no qual o Grupo registra como ativo no seu balanço patrimonial os custos relacionados à criação ou aquisição de bens intangíveis, como o direito de cobrança dos usuários das rodovias. Dessa forma, os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento do ativo em questão são registrados inicialmente como valor do ativo, e amortizados ao longo de sua vida útil. Esse procedimento contábil permite que a empresa distribua os custos ao longo do tempo, refletindo melhor os benefícios econômicos gerados pelo intangível.

Notas Explicativas EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Grupo efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Os custos de empréstimos diretamente atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos intangíveis também são incorporados ao ativo do Grupo até que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos obtidos com a aplicação temporária dos recursos provenientes de empréstimos específicos e que ainda não foram gastos com os ativos intangíveis devem ser deduzidos dos custos de empréstimos qualificados para capitalização. Há ainda, a capitalização dos custos com salários, encargos sociais e benefícios dos empregados diretamente envolvidos no desenvolvimento desses intangíveis.

(ii) Reconhecimento de amortização do ativo intangível

O Grupo realiza o reconhecimento da amortização dos ativos intangíveis através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, que se baseia na "curva de tráfego", que reflete a utilização estimada do ativo durante sua vida útil. A curva de tráfego descreve a intensidade com que o ativo será utilizado ao longo do tempo, sendo este o método que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(iii) Receita de construção

O ICPC 01 – Contratos de Concessão estabelece que à medida em que o Grupo realiza a prestação de serviços de construção e/ou de melhoria em infraestrutura da rodovia, o mesmo deve reconhecer uma receita de construção a valor justo de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente, e os custos correspondentes são registrados como despesas relativas ao serviço realizado. O Grupo entende que as contratações de serviços de construção são feitas a preços de mercado, razão pela qual não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

(iv) Imposto de renda diferido

O Grupo deve reconhecer um ativo ou um passivo diferido pelo tributo recuperável ou devido em períodos futuros como efeito de transações ou eventos passados. Tais impostos surgem das diferenças entre os valores reconhecidos para ativos e passivos do Grupo no balanço patrimonial e o reconhecimento desses ativos e passivos pelas autoridades fiscais, e a compensação para datas futuras de créditos fiscais e prejuízos fiscais correntes não utilizados.

Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Nesse sentido, o julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes, vide divulgações na Nota 9.

3.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na Nota 29.

Notas Explicativas EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre a Companhia e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais;
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Notas Explicativas EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas).

Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

4.2 Investimento

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Companhia e sua controlada direta. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os saldos e as transações entre empresas, que podem incluir lucros não realizados, são eliminados.

O investimento em entidade controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada.

A controlada possui o mesmo exercício social da Companhia.

4.3 Receitas de contratos com clientes

O Grupo reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita do Grupo estão descritas a seguir:

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias e são líquidas da parcela do preço cobrado do usuário pertinente aos recursos vinculados da concessão.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Conforme definido no ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviço de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, com base no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos financiamentos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

4.4 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Notas Explicativas EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPJ”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Notas Explicativas EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Mensuração subsequente

Ativos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros do Grupo são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros do Grupo são classificados na seguinte categoria:

- Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Notas Explicativas EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Compensação

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

4.5 Infraestrutura em construção e ativos intangíveis

A infraestrutura em construção representa os bens vinculados à concessão durante o período de construção ou de melhoria e, quando concluídos, são transferidos para a rubrica de “Ativo intangível”.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente, como por exemplo Softwares, são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Para o âmbito da concessão, a infraestrutura referente ao contrato de concessão são registrados dentro do intangível do Grupo, visto que, o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), a controlada Litoral Pioneiro atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O Grupo reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. E, também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Dispendios adicionais na construção de obra que não geram benefício econômico futuro são registrados como despesa quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo.

Notas Explicativas EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica. Já, o direito de exploração é amortizado de acordo com o consumo da curva de benefício econômico esperada ao longo do prazo de concessão, através da projeção de curva de tráfego estimada. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização desses ativos é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido no momento da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

4.6 Ativos imobilizados

Computadores e periféricos e outras imobilizações são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, o Grupo as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

- Computadores e periféricos: de 5 a 15 anos; e
- Outros imobilizados: de 5 a 15 anos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso

Notas Explicativas EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.7 Capitalização de custos

Os custos de mão de obra diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção do ativo intangível, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, os custos das debêntures atribuíveis a infraestrutura em construção são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria.

4.8 Capitalização de juros

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pelo Grupo relativos ao empréstimo.

O Grupo capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

4.9 Fornecedores

Refere-se a obrigações a pagar de prestação de serviços, cauções contratuais, fornecimentos de materiais e insumos destinados predominante ao ativo fixo e aos gastos operacionais e administrativos do Grupo.

4.10 Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Nesse sentido, após três meses do não recebimento do crédito o Grupo realiza o reconhecimento da perda efetiva no resultado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Notas Explicativas EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;+
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da perda de crédito esperada no balanço patrimonial

A perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

Contas a receber e ativos contratuais

O Grupo determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência.

As alterações de exposição do Grupo ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na Nota 29.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Notas Explicativas EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

4.11 Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

A infraestrutura recebida e/ou construída pelo concessionário não é registrada como ativo imobilizado, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

No caso do Grupo não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de tráfego e pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

Notas Explicativas EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.12 Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

4.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

4.14 Capital social

(i) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo.

4.15 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

4.16 Benefícios a empregados

Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Notas Explicativas EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.17 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos, descontos financeiros obtidos e ajuste a valor presente de ativos e passivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos, financiamento e debêntures, juros sobre atraso em pagamentos, despesas com IOF, impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS), descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, ajuste a valor presente de ativos e passivos. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

4.18 Imposto de renda e contribuição social

(i) Lucro real

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(ii) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras do Grupo e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(iii) Imposto diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. O Grupo acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação ao exercício fiscal em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria o Grupo mudarem os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

4.19 Tributos sobre prestações de serviços

Para o PIS e COFINS, o Grupo é enquadrado no regime não cumulativo, porém, para concessionárias de rodovias, as alíquotas aplicáveis são aquelas do regime cumulativo, dessa forma, para as receitas operacionais são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 3%, para o PIS e COFINS, respectivamente. Para as receitas financeiras, são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 4%, para PIS e COFINS, respectivamente. Com relação ao ISS, as alíquotas aplicáveis variam entre 2% e 5% a depender do município da prestação de serviço.

4.20 Resultado por ação

O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O Resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada por todas as potenciais ações ordinárias com efeito de diluição.

4.21 Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pelo Grupo como parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.22 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.23 Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar, porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Notas Explicativas EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.24 Questões climáticas

O Grupo considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que o Grupo acredite que seu modelo de negócios e serviços ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras. Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, o Grupo está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas.

4.25 Eventos após o período do relatório

Se o Grupo receber informações após o período de relatório, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final do período de relatório, ele avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Grupo ajustará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras para refletir quaisquer eventos de ajuste após o período de relatório e atualizará as divulgações relacionadas a essas condições à luz das novas informações. Para eventos que não originam ajustes após o período de relatório, o Grupo não alterará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas divulgará a natureza do evento que não origina ajustes e uma estimativa de seu efeito financeiro, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita, se aplicável.

4.26 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Alterações ao IFRS 16: Passivo de locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento) – Especificação de requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém (equivale ao CPC 06);
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante – Especificação dos requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante e introdução de uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses (equivale ao CPC 26 (R1)); e
- Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores – Esclarecimento das características de acordos de financiamento de fornecedores e exigência de divulgações adicionais desses acordos com o objetivo de auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade (equivale ao CPC 40 (R1)).

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

Notas Explicativas EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.27 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

- IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Notas Explicativas EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para pela aplicação do IFRS 19.

• Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Tais alterações não irão exercer um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

• Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Tais alterações não irão exercer um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

Notas Explicativas

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Numerários em trânsito	-	-	595	-
Caixa e contas bancárias	18	60	3.768	716
Aplicações financeiras	61	83	361.444	484.607
Total	79	143	365.807	485.323

As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em CDB e compromissadas, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. A rentabilidade é de 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2024 (100,59% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2023).

6. Contas a receber

	Consolidado 2024
Pedágio eletrônico a receber	37.448
Total	37.448

A controlada Litoral Pioneiro faz uma avaliação mensal de seus títulos vencidos e reconhece estimativa para perda de crédito esperado a medida que se torne improvável o seu recebimento. Em 31 de dezembro de 2024, a controlada reconheceu R\$ 196 (Nota 25) como perdas de créditos efetivas, referentes a títulos vencidos há mais de 3 meses. Os demais títulos vencidos possuíam perspectiva de recuperação no curto prazo, dessa forma, não houve a constituição de provisão para perda de crédito esperada sobre esse contas a receber.

O aging do contas a receber em 31 de dezembro de 2024 é evidenciado no quadro abaixo:

	Consolidado 2024
A vencer	36.451
Vencidos Até 1 mês	997
Total	37.448

Notas Explicativas

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Valores a receber do poder concedente

	Consolidado 2024
Desconto de usuário frequente (“DUF”) (Nota 27)	5.695
Total	5.695

O DUF é um benefício para usuários que trafegam frequentemente em rodovias pedagiadas, aplicável para veículos da Categoria 1 (automóvel, caminhonete e furgão), Categoria 3 (automóvel e caminhonete com semirreboque) e Categoria 5 (automóvel e caminhonete com reboque) que utilizam o Sistema de Cobrança Eletrônica. O desconto é concedido com base na frequência de utilização mensal de cada praça de pedágio e mensurado pela controlada Litoral Pioneiro, conforme regras previstas no contrato de concessão. No primeiro ano de concessão, o reembolso será pago pelo poder concedente no ano subsequente à apuração anual realizada pela controlada. Após o primeiro ano de concessão, o reembolso será pago pelo poder concedente no mês subsequente à apuração mensal realizada pela controlada.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a controlada Litoral Pioneiro registrou somente adições a título de DUF, não recebendo nenhum reembolso durante o exercício.

8. Adiantamentos a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de adiantamentos a fornecedores era de R\$ 22.593 (R\$ 57 em 31 de dezembro de 2023), referente a pagamentos antecipados a prestadores de serviços relacionados predominantemente a serviços de operação.

	Consolidado	
	2024	2023
Adiantamentos a fornecedores	22.593	57
Total	22.593	57

Notas Explicativas

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imposto de renda e contribuição social
- a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e do período findo em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	283.031	(3.063)	427.119	(2.220)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(96.231)	1.041	(145.221)	755
Ajustes para alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	104.647	(270)	-	-
Incentivos fiscais	-	-	1.600	-
Adições/exclusões permanentes	-	-	(947)	(887)
Juros sobre capital próprio	(8.896)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social não constituídos	(2.476)	(771)	(2.476)	(711)
Total	(2.956)	-	(147.044)	(843)
Imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	-	-	(145.503)	(843)
Diferidos	(2.956)	-	(1.541)	-
Total	(2.956)	-	(147.044)	(843)
Alíquota efetiva de impostos	1%	-	35%	-38%

Notas Explicativas

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	Controladora 2024
Ativo fiscal diferido	
Prejuízo fiscal e base negativa	1.267
	1.267
Passivo fiscal diferido	
Capitalização de juros	(4.224)
	(4.224)
Passivo fiscal diferido líquido	(2.957)
	Consolidado 2024
Ativo fiscal diferido	
Provisão para participação nos lucros	1.257
Prejuízo fiscal e base negativa	1.267
Credores pela concessão	1.144
Arrendamento mercantil	804
Provisão para fornecedores	409
Outros ativos diferidos	46
Passíveis de compensação	(3.512)
Ativo fiscal diferido líquido	1.415
Passivo fiscal diferido	
Capitalização de juros	(4.224)
Capitalização de custos	(2.245)
Passíveis de compensação	3.512
Passivo fiscal diferido líquido	(2.957)

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2024 os montantes de R\$ 2.387 e R\$ 860 (R\$ 567 e R\$ 204 em 31 de dezembro de 2023) referentes a ativos fiscais diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, respectivamente, em função da Companhia ser uma holding e, portanto, não possuir projeções de lucro tributável.

Notas Explicativas

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Recursos vinculados

A retenção do recurso vinculado aplicado em conta reserva é correspondente a 3% da receita tarifária arrecadada pela controlada Litoral Pioneiro. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é referente aos depósitos realizados no exercício.

	Consolidado 2024
Saldo no início do exercício	
(+) Depósitos de recursos vinculados	16.831
(+) Rendimento de recursos vinculados	150
(+) Provisão sobre contas a receber (a)	1.158
Saldo no final do exercício	18.139

(a) Refere-se a 3% sobre as contas a receber em aberto em 31 de dezembro de 2024.

11. Investimento

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas. As informações abaixo foram apresentadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Investida	Controle	Participação		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
EPR Litoral Pioneiro S.A.	Controlada	100%	99%	620.135	499.860
				620.135	499.860

a) Movimentação dos investimentos

A movimentação do investimento em controlada é demonstrada abaixo:

Controlada	2023	Equivalência patrimonial	Juros capitalizados (a)	Dividendos e juros sobre capital próprio	2024
EPR Litoral Pioneiro S.A.	499.860	307.785	12.423	(199.933)	620.135
Total	499.860	307.785	12.423	(199.933)	620.135

Controlada	2022	Aporte de capital social	Equivalência patrimonial	2023
EPR Litoral Pioneiro S.A.	-	500.655	(795)	499.860
Total	-	500.655	(795)	499.860

Notas Explicativas

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) O montante de R\$ 12.423 (Nota 18) refere-se aos juros capitalizados da Companhia. Com o objetivo de financiar os investimentos necessários na controlada Litoral Pioneiro, a Companhia captou recursos por meio de debêntures. Em função do ativo qualificável estar registrado na controlada, a capitalização foi reconhecida nas rubricas de “Investimento” em contrapartida aos “Juros sobre debêntures” no Resultado Financeiro. Já nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentado como uma adição ao “Intangível em andamento” na Infraestrutura em Construção (Nota 14) em contrapartida aos “Juros sobre debêntures” no Resultado Financeiro.

b) Informações financeiras resumidas da controlada

(i) Balanço patrimonial

	2024	2023
Ativo circulante	439.000	485.743
Ativo não circulante	552.175	21.045
Total do ativo	991.175	506.788
Passivo circulante	325.003	6.928
Passivo não circulante	58.460	-
Total do passivo	383.463	6.928
Patrimônio líquido	607.712	499.860
Total do passivo e patrimônio líquido	991.175	506.788

(ii) Demonstração do resultado

	2024	2023
Lucro bruto	443.122	-
Despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas	(28.813)	(2.754)
Resultado financeiro	37.564	2.802
Lucro operacional antes dos impostos	451.873	48
Imposto de renda e contribuição social	(144.088)	(843)
Lucro líquido do exercício/período	307.785	(795)

Notas Explicativas

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Direito de uso e arrendamento mercantil a pagar

a) Direito de uso de arrendamento

A movimentação do ativo direito de uso do Grupo em 31 de dezembro de 2024 é evidenciada no quadro abaixo:

	Consolidado				
	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Imóveis (d)	Total
Custo do direito de uso					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-
(+) Adições	41.481	6.624	9.224	1.855	59.184
Saldo em 31 de dezembro de 2024	41.481	6.624	9.224	1.855	59.184
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-
(+) Amortização	(6.913)	(1.104)	(1.825)	(39)	(9.881)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(6.913)	(1.104)	(1.825)	(39)	(9.881)
Direito de uso líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	34.568	5.520	7.399	1.816	49.303
Taxa de amortização – a.a.	20%	20%	33%	25%	

- (a) Refere-se à locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Refere-se à veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais, além de veículos administrativos.
- (d) Refere-se à locação de sede administrativas.

b) Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento do Grupo em 31 de dezembro de 2024 é evidenciada no quadro abaixo:

	Consolidado 2024
Saldo no início do exercício	-
(+) Adições	59.184
(+) Ajuste a valor presente (Nota 26)	5.374
(-) Pagamentos	(13.065)
Saldo no final do exercício	51.493
Circulante	11.086
Não Circulante	40.407

Em seu reconhecimento inicial os arrendamentos mercantis são mensurados pelo valor presente dos pagamentos considerando a taxa de 13,04% a.a. Em 31 de dezembro de 2024, o ajuste a valor presente totalizava R\$ 13.536.

Notas Explicativas

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo é demonstrado o passivo de arrendamento não circulante, por ano de vencimento:

	Consolidado 2024
2026	12.456
2027	13.114
2028	12.714
2029	2.123
Total	40.407

Abaixo são demonstrados os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 12,25% a.a., similar aos valores considerados na taxa de juros incremental utilizada para desconto a valor presente.

	Consolidado				
	2024	2025	2026	2027	2027 em diante
Fluxo real (contabilizado)					
Direito de uso em arrendamentos	59.184	49.303	36.628	23.951	11.978
(-) Amortização	(9.881)	(12.675)	(12.677)	(11.973)	(11.978)
	49.303	36.628	23.951	11.978	-
Passivo de arrendamento	59.184	51.493	40.407	27.951	14.836
(-) Encargos financeiros	(7.691)	(11.086)	(12.456)	(13.115)	(14.836)
	51.493	40.407	27.951	14.836	-
Fluxo nominal					
Direito de uso em arrendamentos	66.434	55.342	41.114	26.884	13.445
(-) Amortização	(11.092)	(14.228)	(14.230)	(13.439)	(13.445)
	55.342	41.114	26.884	13.445	-
Passivo de arrendamento	66.434	57.801	45.357	31.375	16.655
(-) Encargos financeiros	(8.633)	(12.444)	(13.982)	(14.720)	(16.655)
	57.801	45.357	31.375	16.655	-

Notas Explicativas

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado

	Consolidado		
	Computadores e periféricos	Outras imobilizações	Total
<u>Custo do imobilizado</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-
(+) Adições	4.300	1.655	5.955
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.300	1.655	5.955
<u>Depreciação acumulada</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-
(+) Depreciação	(253)	(75)	(328)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(253)	(75)	(328)
<u>Imobilizado líquido</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.047	1.580	5.627
Taxas de depreciação 2024 - a.a.	20%	20%	

14. Infraestrutura em construção

	Consolidado		
	Intangível em andamento (a)	Adiantamentos a fornecedores	Total
Saldo em 1º de junho de 2023	-	-	-
(+) Adições	19.961	1.084	21.045
Saldo em 31 de dezembro de 2023	19.961	1.084	21.045
(+) Adições	438.855	16.513	455.368
(+/-) Transferências de adiantamentos a fornecedores	16.822	(16.822)	-
(-) Transferências para ativo intangível (Nota 15)	(106.758)	-	(106.758)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	368.880	775	369.655

(a) Refere-se principalmente a obras nos pavimentos com o objetivo restabelecer níveis de serventia mínimos, definido pelos parâmetros de desempenho, reparo e substituição de placas danificadas, de modo a atender os limites estabelecidos para os parâmetros de desempenho.

Os juros e custos sobre as debêntures são capitalizados a uma taxa de 10,17% a.a. nos ativos qualificáveis durante o período de construção da infraestrutura, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram capitalizados R\$ 12.423 (Nota 18).

A controlada Litoral Pioneiro, em 31 de dezembro de 2024, estava atendendo o escopo de trabalhos iniciais conforme o Programa de Exploração da Rodovia (“PER”), sendo este composto pelo conjunto de obras e serviços que tem por objetivo a eliminação dos problemas que impliquem em riscos pessoais e materiais iminentes, provendo os requisitos mínimos de segurança e conforto aos usuários. A conclusão dessa etapa ocorreu em fevereiro/2025.

Notas Explicativas EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Intangível

	Consolidado		
	Intangível em		
	rodovias – obras e		
	Software	serviços (a)	Total
<u>Custo do intangível</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-
(+) Adições	9.942	-	9.942
(+) Transferências de infraestrutura em construção (Nota 14)	-	106.758	106.758
Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.942	106.758	116.700
<u>Amortização acumulada</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-
(-) Amortização	(402)	(1.549)	(1.951)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(402)	(1.549)	(1.951)
<u>Intangível líquido</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.541	105.208	114.749
Taxa anual média de amortização - a.a.	20%	3,23%	

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, praças de pedágio, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados pela curva de tráfego até o final do período da concessão.

Os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor recuperável. O Grupo concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2024.

16. Partes relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e no período findo em 31 de dezembro de 2023, os saldos com partes relacionadas referem-se às transações demonstradas no quadro abaixo, que foram realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

Notas Explicativas EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	
	2024	2023
Ativo circulante		
<u>Dividendos e juros sobre capital próprio a receber</u>		
EPR Litoral Pioneiro S.A.	99.473	-
Total	99.473	-
Passivo circulante		
<u>Partes relacionadas</u>		
EPR Participações S.A. (anteriormente EPR 2 Participações S.A.) (a)	276	61
Concessionária Rodovias do Café SPE S.A. (a)	1	-
EPR Litoral Pioneiro S.A (a)	1.248	-
	1.525	61
<u>Dividendos a pagar</u>		
Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE	65.670	-
EPR Participações S.A.	3.456	-
	69.126	-
Total	70.651	61
	Consolidado	
	2024	2023
Ativo circulante		
<u>Partes relacionadas</u>		
EPR Participações S.A. . (a)	1.950	-
Total	1.950	-
Ativo não circulante		
<u>Aquisições de infraestrutura em construção no exercício</u>		
EPR 2 Engenharia S.A. (b)	22.388	-
Total	22.388	-
Passivo circulante		
<u>Partes relacionadas</u>		
EPR Participações S.A. (a)	1.330	5.811
Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. (a)	290	-
Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A. (a)	109	-
Concessionária Rodovias do Café SPE S.A. (a)	6	-
EPR Via Mineira S.A. (a)	719	-
	2.454	5.811
<u>Dividendos a pagar</u>		
Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE	65.670	-
EPR Participações S.A.	3.456	-
	69.126	-
Total	71.580	5.811

Notas Explicativas

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Refere-se ao rateio de despesas entre empresas do mesmo grupo econômico, firmado em contrato assinado em 29 de julho de 2024, com o objetivo de realizar o rateio de estruturas e atividades administrativas comuns entre as partes e respectivos gastos, relativos aos departamentos e atividades, incluindo: (i) administração de pessoas; (ii) financeiro e contabilidade; (iii) compras corporativas e suprimentos (serviços e materiais); (iv) tecnologia da informação; (v) compliance e integridade; (vi) jurídico e regulatório; (vii) comunicação; e (viii) segurança, saúde e meio ambiente (SSMA).
- (b) A EPR 2 Engenharia S.A. presta serviços de apoio na gestão de terceiros, tanto na fase pré-contratual, com seleção, negociação e contratação, quanto no acompanhamento da execução dos contratos celebrados. Esse acompanhamento inclui o gerenciamento, supervisão e fiscalização das obras, garantindo a qualidade dos serviços e o cumprimento das obrigações perante o poder concedente. Além disso, a EPR 2 Engenharia S.A. busca realizar a análise e o aprimoramento dos projetos de engenharia das obras da concessão, visando otimização e ganhos de eficiência.

Durante o exercício de 2024, o Grupo realizou transações de compartilhamento de despesas administrativas com empresas do mesmo grupo econômico, com efeito caixa líquido, de um desembolso de R\$ 5.007. Adicionalmente, as operações conduzidas pela controlada Litoral Pioneiro em conjunto com a EPR 2 Engenharia S.A., relacionadas ao gerenciamento de obras, foram integralmente liquidadas no decorrer do exercício e reconhecidas como infraestrutura em construção, no montante de R\$ 22.388.

	Controladora	
	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	61
(+) Compartilhamento de custos	-	1.525
(-) Pagamentos / Recebimentos financeiros	-	(61)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	1.525

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	5.811
(+) Compartilhamento de custos	1.997	7.509
(+) Gerenciamento de obras	-	22.388
(-) Pagamentos / Recebimentos financeiros	(47)	(33.254)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.950	2.454

Remuneração da administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Grupo reconheceu o montante de R\$ 1.299 referente a remuneração dos administradores. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas. Os administradores não obtiveram empréstimos à Companhia, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações

Notas Explicativas

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os valores referem-se a fornecedores e prestadores de serviços, além de cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens relacionados a operação e infraestrutura do Grupo, bem como execução de obras na rodovia.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores operacionais	129	2	146.475	65
Total	129	2	146.475	65

18. Debêntures

Série	Quantidade	Taxas Contratuais	Vencimento	Controladora	
				2024	2023
1º emissão – Série única	250.000	CDI + 2,75% a.a.	Dez/2026	188.559	252.358
				188.559	252.358
			Custo de captação	(2.211)	(2.566)
			Total	186.348	249.792
			Circulante	23.455	1.478
			Não Circulante	162.893	248.314

A movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e do período findo em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Controladora	
	2024	2023
Saldo no início do exercício / período	249.792	-
(+) Captações	-	250.000
(+) Juros provisionados (Nota 26)	20.303	2.358
(+) Juros capitalizados (Notas 11 e 14)	12.423	-
(-) Pagamentos de principal	(86.051)	-
(-) Pagamento de juros	(10.474)	-
(-) Custos de captação	(757)	(2.639)
(+) Amortização dos custos de captação (Nota 26)	1.112	73
Saldo no final do exercício / período	186.348	249.792

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo é demonstrado o saldo de debêntures não circulante, por ano de vencimento :

	Controladora	
	2024	2023
2026	162.893	248.314
Total	162.893	248.314

Em 22 de outubro de 2024, a Companhia efetuou a amortização extraordinária facultativa de 34,42% do valor unitário das debêntures da 1ª emissão, no montante de R\$ 96.525, sendo R\$ 86.051 referente ao principal e R\$ 10.474 referente aos juros.

Garantia fidejussória:

As debêntures contam com garantia fidejussória da EPR Participações S.A., na forma de fiança.

A vigência da fiança é entre a data da primeira integralização das debêntures até o pagamento integral das obrigações garantidas.

Garantias reais:

- Alienação de 100% das ações ordinárias e preferencias da Companhia;
- Alienação de 100% das ações ordinárias da controlada Litoral Pioneiro;
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios da conta vinculada.

Covenants

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a:

- (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elididos no prazo legal;
- (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido;
- (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores;
- (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia;
- (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor;
- (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida;
- (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

Notas Explicativas EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia monitora regularmente o cumprimento das condições estabelecidas nas cláusulas restritivas. A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas descritas acima.

19. Obrigações sociais

	Consolidado	
	2024	2023
Provisão para participação nos lucros	3.696	-
Provisão para férias e 13º salário	2.658	3
Salários e encargos sociais	1.311	26
Total	7.655	29

20. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	-	-	27.563	613
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	-	-	12.136	230
Impostos sobre serviços – ISS	-	-	5.630	-
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	-	-	4.182	26
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS	1.989	-	3.911	118
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	-	-	1.244	-
Programa de integração social – PIS	432	-	840	19
Tributos federais retidos	9	-	316	81
Total	2.430	-	55.822	1.087

21. Credores pela concessão

	Consolidado 2024
Recursos vinculados (a)	18.008
Recurso para desenvolvimento tecnológico (b)	2.168
Verba de segurança no trânsito (c)	1.198
Verba de fiscalização (d)	1.497
Total	22.871
Circulante	4.863
Não Circulante	18.008

- (a) Conforme estabelecido no contrato de concessão, os recursos vinculados são um mecanismo de proteção da concessão mantido ao longo de todo contrato de concessão em aplicação financeira de movimentação exclusiva autorizada pelo poder concedente. O saldo é referente à obrigação de 3% sobre a receita de serviços prestados.

Notas Explicativas

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Conforme decisão do poder concedente, a utilização será destinada exclusivamente às seguintes finalidades:
- i. Compensações decorrentes do desconto de usuário frequente;
 - ii. Recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e
 - iii. Pagamento de indenizações em função da extinção da concessão.

É vedado ao Grupo a utilização dos valores para lastrear a prestação de fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia. Havendo saldo remanescente na aplicação financeira no fim do contrato de concessão, o montante será transferido à conta única do tesouro.

- (b) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, durante todo o período da concessão o Grupo deverá destinar anualmente recursos a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão. Os produtos e estudos decorrentes da aplicação dos recursos serão considerados bens da concessão. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) poderá indicar temática a ser desenvolvida com os recursos para desenvolvimento tecnológico.
- (c) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, o Grupo mantém provisionada a verba de segurança no trânsito, conforme determinado pela ANTT. Esta verba será utilizada exclusivamente para financiar programas de prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação. A ANTT definirá a forma e o momento em que o Grupo deverá disponibilizar os recursos anuais para a segurança no trânsito.
- (d) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, o Grupo deverá recolher em favor da ANTT a verba de fiscalização destinada à cobertura das despesas de fiscalização da concessão.

A movimentação de credores pela concessão no exercício de 2024 é evidenciada no quadro abaixo:

	Consolidado 2024
Saldo no início do exercício	-
(+) Custo da concessão (Nota 25)	18.390
(+) Provisão de recursos vinculados	17.858
(+) Rendimento de recursos vinculados	150
(-) Pagamentos	(13.527)
Saldo no final do exercício	22.871

22. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

Processos com perda possível

A controlada Litoral Pioneiro é ré em causas com prognósticos de perda possível que, em 31 de dezembro de 2024, totalizam R\$ 4.272. Estas causas judiciais estão relacionadas a discussões relacionadas ao atendimento a parâmetros contratuais, bem como indenização por responsabilidade civil e outros, de menor valor individual, de naturezas diversas.

Notas Explicativas EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 1º de junho de 2023, a Companhia foi constituída com a subscrição de 100 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas por R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 100,00 reais, e a integralização de 10% do valor total dessas ações pelos acionistas.

Em 13 de novembro de 2023, foram subscritas 128.569.100 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 128.569, subscritas pelo acionista EPR Participações S.A., sendo que R\$ 1.286 desse montante foi destinado à conta de capital social e R\$ 127.283 destinado à conta de reserva de capital.

Em 13 de novembro de 2023, foram subscritas 128.055.800 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 128.056 e 256.625.000 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 256.625, subscritas pelo acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE, sendo que, do respectivo montante referente ao total de ações ordinárias e preferenciais subscritas, R\$ 3.847 foi destinado à conta de capital social e R\$ 380.834 destinado à conta de reserva de capital.

Em 02 de fevereiro de 2024, conforme acordado entre os acionistas, foi realizada a transferência da totalidade das ações ordinárias do acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE para a EPR Participações S.A.

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023, subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 2.533, conforme demonstrado a seguir:

2024					
Sócios	Quantidade de ações		R\$	Percentual de participação	
	Ordinárias	Preferenciais		Votante	Total
EPR Participações S.A.	256.625.000	-	1.267	100,00%	50,00%
Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE	-	256.625.000	1.267	-	50,00%
	256.625.000	256.625.000	2.533	100%	100%
2023					
Sócios	Quantidade de ações		R\$	Percentual de participação	
	Ordinárias	Preferenciais		Votante	Total
EPR Participações S.A.	128.569.125	-	635	50,10%	49,90%
Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE	128.055.875	256.625.000	1.898	49,90%	74,95%
	256.625.000	256.625.000	2.533	100%	100%

O saldo a integralizar foi totalmente integralizado pelos acionistas em 13 de fevereiro de 2025.

Notas Explicativas EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Características das ações preferenciais

As ações preferenciais possuem as seguintes características: (i) não conferirão direito a voto; (ii) farão jus à prioridade de reembolso de capital por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial menos o valor total de todos os pagamentos realizados à ação preferencial, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas, sem prêmio; (iii) farão jus ao pagamento de dividendos correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) dos dividendos e quaisquer outros proventos distribuídos pela Companhia aos seus acionistas até que o valor total de tais distribuições atinja o valor previsto no Acordo de Acionistas arquivado na sede social; e (iv) serão resgatáveis por decisão da assembleia geral da Companhia, independentemente de aprovação pelos titulares das referidas ações preferenciais, por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial menos o valor total de todos os pagamentos realizados à ação preferencial, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas.

b) Reserva de capital

A reserva de capital é um valor reservado, com o objetivo de fortalecer a posição financeira da Companhia e garantir a continuidade das suas operações, esses recursos não são destinados à distribuição de lucros, podendo ser utilizados em casos específicos, como para cobrir prejuízos ou aumentar o capital social. Em 31 de dezembro de 2024, a reserva de capital correspondia a R\$ 250.717.

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do Capital Social. As utilizações possíveis dessa reserva estão constituídas no artigo 200 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 31 de dezembro de 2024 a reserva de capital correspondia a R\$ 507.

d) Reserva de lucros

Refere-se exclusivamente a parcela do lucro líquido da Companhia no montante de R\$ 207.379. Conforme requerido pelo artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), a Assembléia Geral deliberará sobre a destinação do montante.

Notas ExplicativasEPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta.

	2024
Lucro líquido do exercício	280.075
(-) Consumo de prejuízos de anos anteriores	(3.063)
Lucro ajustado	277.012
(-) Reserva legal (5%)	(507)
Base para distribuição de dividendos	276.505
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	69.126

Os dividendos a pagar foram reconhecidos no passivo não circulante em função das debêntures possuírem cláusulas restritivas que limitam o pagamento de dividendos até a liquidação da mesma.

24. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2024	2023
Receitas operacionais		
Receita de serviços prestados	577.649	-
Receita de serviços de construção	455.677	19.961
Receitas acessórias	66	-
Receita bruta	1.033.392	19.961
Deduções da receita		
Tributos sobre receita de serviços prestados	(50.077)	-
Receita operacional líquida	983.315	19.961

Notas Explicativas

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custos e despesas				
Custo de serviços de construção	-	-	(455.677)	(19.961)
Com pessoal	-	-	(33.564)	(66)
Serviço de terceiros	(736)	(3)	(27.831)	(97)
Custo da concessão (Nota 21)	-	-	(18.390)	-
Depreciação e amortização	-	-	(12.160)	-
Seguros e garantias	-	-	(5.335)	-
Combustíveis e lubrificantes	-	-	(5.313)	(46)
Aluguéis	-	-	(3.493)	-
Perdas de arrecadação (Nota 6)	-	-	(196)	-
Outros	(15)	-	(13.506)	(2.548)
Total	(751)	(3)	(575.465)	(22.718)
Custo dos serviços prestados	-	-	(540.193)	(19.961)
Despesas gerais e administrativas	(751)	(3)	(35.272)	(2.757)

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	1	172	46.475	3.114
Outras receitas	-	-	38	-
Total	1	172	46.513	3.114
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures (Nota 18)	(20.303)	(2.358)	(20.303)	(2.358)
Ajuste a valor presente (Nota 12)	-	-	(5.374)	-
Impostos sobre receitas financeiras	(2.421)	-	(4.589)	-
Amortização dos custos de captação (Nota 18)	(1.112)	(73)	(1.112)	(73)
Outras despesas	(168)	(6)	(1.574)	(146)
Total	(24.004)	(2.437)	(32.952)	(2.577)
Resultado financeiro	(24.003)	(2.265)	13.561	537

Notas Explicativas

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Outras receitas e despesas

	Consolidado 2024
Desconto de usuário frequente (Nota 7)	5.695
Outras receitas	13
Total	5.708

28. Resultado por ação

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias	17.395	(3.063)	17.395	(3.063)
Média ponderada das ações ordinárias	126.682	28.548	126.682	28.548
Resultado básico e diluído por ação – R\$	0,1373	(0,1073)	0,1373	(0,1073)

29. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Visão Geral

O Grupo está exposto aos seguintes riscos:

Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de taxa de juros; Risco de mercado; e Risco regulatório

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Grupo.

Estrutura de gerenciamento de risco

A diretoria é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo, e os gestores de cada área se reportam regularmente à diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Notas Explicativas EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de crédito

O Grupo visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	79	143	365.807	485.323
Contas a receber (Nota 6)	-	-	37.448	-
Valores a receber do poder concedente (Nota 7)	-	-	5.695	-
Partes relacionadas (Nota 16)	-	-	1.950	-
Recursos vinculados (Nota 10)	-	-	18.139	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (Nota 16)	99.473	-	-	-
Total	99.552	143	429.039	485.323

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez do Grupo.

O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do Grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

	Controladora			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores (Nota 17)	129	-	-	129
Debêntures (Nota 18)	23.455	162.893	-	186.348
Partes relacionadas (Nota 16)	1.525	-	-	1.525
Dividendos a pagar (Nota 23)	-	69.126	-	69.126
Total	25.109	232.019	-	257.128

Notas Explicativas

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores (Nota 17)	146.475	-	-	146.475
Debêntures (Nota 18)	23.455	162.893	-	186.348
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 12)	11.086	40.407	-	51.493
Partes relacionadas (Nota 16)	2.454	-	-	2.454
Credores pela concessão (Nota 21)	4.863	-	18.008	22.871
Dividendos a pagar (Nota 23)	-	69.126	-	69.126
Total	188.333	272.426	18.008	478.767

d) Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras e debêntures.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Controladora								
Operação	Exposição	Risco	Taxa de Juros	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)	Cenário V (- 50%)
Ativo financeiro								
Aplicações financeiras (Nota 5)	61	Variação CDI	12,25%	7	9	11	6	4
Passivo financeiro								
Debêntures (Nota 18)	188.559	Variação CDI	12,25%	23.098	28.873	34.648	17.324	11.549

Consolidado								
Operação	Exposição	Risco	Taxa de Juros	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)	Cenário V (- 50%)
Ativo Financeiro								
Aplicações financeiras (Nota 05)	361.444	Variação CD	12,25%	44.276	55.346	66.415	33.208	22.139
Passivo financeiro								
Debêntures (Nota 18)	188.559	Variação CD	12,25%	23.098	28.873	34.648	17.324	11.549

A diretoria do Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a diretoria adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Notas Explicativas EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

f) Risco regulatório

O Contrato de Concessão estabelece um rol não exaustivo de obrigações do poder concedente e da controlada Litoral Pioneiro, incluindo o regramento específico sobre a alocação de riscos entre a controlada e poder concedente. Considera-se desequilibrado o contrato de concessão quando qualquer das partes sofrer os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de evento cujo risco não tenha sido a ela alocado, que comprovadamente promova desbalanceamento da equação econômico-financeira do contrato. Isso significa que eventuais impactos aos resultados da controlada em virtude de descumprimento de obrigações contratuais do poder concedente e/ou de materialização de riscos a ele alocados poderão ensejar compensações à controlada pelos meios de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro previstos no contrato - como a alteração do valor das tarifas, ajustes nos investimentos previstos, extensão do prazo da concessão, dentre outras formas, inclusive, a combinação dos referidos mecanismos de compensação.

O inadimplemento de obrigações contratuais ordinárias, inclusive de natureza financeira (contraprestações e aportes), por parte do poder concedente, especialmente no caso de contratos de parceria público-privada, poderá impedir o cumprimento integral dos compromissos contratuais da controlada Litoral Pioneiro, inclusive os de natureza financeira, e causar diminuição de receita, acréscimo de custos, diminuição ou a perda de lucros. No caso de inadimplemento do contrato de concessão pelo poder concedente, a controlada poderá recorrer aos mecanismos de solução de controvérsias do contrato de concessão, que incluem instauração de arbitragem ou, em se tratando de direito indisponível, acionamento do poder judiciário, para pleitear a defesa de seus direitos. A controlada poderá, ainda, apresentar ação judicial de rescisão do contrato de concessão, com fundamento no art. 39 da lei nº 8.987/1995, em razão de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, hipótese em que os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. No caso de rescisão, a concessionária terá direito à indenização pelos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados até o momento da extinção contratual. Não há como garantir que os processos arbitrais ou judiciais serão julgados favoravelmente à controlada, ou que as respectivas decisões serão proferidas e/ou executadas em tempo hábil a fim de evitar impactos materiais adversos na concessão, tampouco que a indenização será suficiente para compensar integralmente os investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados.

Notas Explicativas

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Gerenciamento do capital

A gestão de capital do Grupo é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno e o risco para quotistas e credores.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores (Nota 17)	129	2	146.475	65
Debêntures (Nota 18)	186.348	249.792	186.348	249.792
Arrendamento mercantil (Nota 12)	-	-	51.493	-
Credores pela concessão (Nota 21)	-	-	22.871	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(79)	(143)	(365.807)	(485.323)
Dívida líquida (Caixa líquido de dívidas)	186.398	249.651	41.380	(235.466)
Patrimônio líquido	461.136	250.187	461.136	-
Capital social e dívida líquida	647.534	499.838	502.516	-
Quociente de alavancagem	29%	50%	8%	-

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros:

		Controladora			
		2024		2023	
		Classificação	Contábil	Valor justo	Contábil
Ativo					
Caixa e numerários (Nota 5)	2	18	18	60	60
Aplicações financeiras (Nota 5)	1 (Nível 2)	61	61	83	83
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (Nota 16)	2	99.473	-	-	-
		99.552	79	143	143
Passivo					
Fornecedores (Nota 17)	2	129	129	2	2
Debêntures (Nota 18)	2	186.348	186.348	249.792	249.792
Partes relacionadas (Nota 16)	2	1.525	1.525	61	61
Dividendos a pagar (Nota 23)	2	69.126	69.126	-	-
		257.128	257.128	249.855	249.855

Notas Explicativas

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Consolidado			
		2024		2023	
Classificação		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e numerários (Nota 5)	2	4.363	4.363	716	716
Aplicações financeiras (Nota 5)	1 (Nível 2)	361.444	361.444	484.607	484.607
Contas a receber (Nota 6)	2	37.448	37.448	-	-
Valores a receber do poder concedente (Nota 7)	2	5.695	5.695	-	-
Partes relacionadas (Nota 16)	2	1.950	1.950	-	-
Recursos vinculados (Nota 10)	2	18.139	18.139	-	-
		<u>429.039</u>	<u>429.039</u>	<u>485.323</u>	<u>485.323</u>
Passivo					
Fornecedores (Nota 17)	2	146.475	146.475	65	65
Debêntures (Nota 18)	2	186.348	186.348	249.792	249.792
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 12)	2	51.493	51.493	-	-
Partes relacionadas (Nota 16)	2	2.454	2.454	5.811	5.811
Credores pela concessão (Nota 21)	2	22.871	22.871	-	-
Dividendos a pagar (Nota 23)	2	69.126	69.126	-	-
		<u>478.767</u>	<u>478.767</u>	<u>255.668</u>	<u>255.668</u>

A Classificação dos instrumentos financeiros mencionados no quadro acima, tem a seguinte definição:

Classificação 1 – Mensurados a valor justo por meio de resultado
Classificação 2 – Custo amortizado

30. Garantias e seguros

A controlada Litoral Pioneiro, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a controlada mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2024, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Riscos cobertos	Consolidado		
	Vigência		Limites de indenização
	Início	Vencimento	
Seguro garantia	22/01/2024	22/01/2025	707.181
Riscos operacionais	22/01/2024	22/02/2025	15.000
Responsabilidade civil geral	22/01/2024	22/01/2025	15.000

Notas Explicativas EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Compromissos

A controlada Litoral Pioneiro tem compromissos vinculados ao contrato de concessão, que se dividem em etapas (“frentes”). Os compromissos se relacionam a metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, dividido nas frentes, são:

- Frente de trabalhos iniciais – Até o 1º ano de concessão;
- Frente de recuperação e manutenção – Do 2º ao 5º ano de concessão;
- Frente de ampliação de capacidade – Do 3º ao 7º ano de concessão; e
- Manutenção de nível de serviço – Do 1º ao 25º ano de concessão.

No âmbito do contrato, a controlada Litoral Pioneiro assumiu o compromisso de realizar investimentos estimados, conforme estabelecido no Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental (“EVTEA”), em R\$ 11.038.697, sendo R\$ 6.050.835 destinados à expansão e melhorias e R\$ 4.987.862 por constância dos parâmetros. As principais intervenções previstas englobam a duplicação de mais de 350 quilômetros de pistas, a implantação de 138 quilômetros de faixas adicionais e 73 quilômetros de vias marginais.

Durante o mês de dezembro de 2024, a controlada Litoral Pioneiro realizou a 1ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 5.550.900, e assinou contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no montante de R\$ 829.580, com o objetivo de captar recursos para realizar os investimentos estimados, assim como fortalecer a sua estrutura financeira. As liberações iniciarão ao longo do ano de 2025.

Além do estabelecido acima, a controlada Litoral Pioneiro também possui as seguintes obrigações:

- Verba de fiscalização: verba mensal destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão exercida pelo poder concedente. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio);
- Recursos vinculados: parcela retida da receita bruta da controlada Litoral Pioneiro em favor do poder concedente;
- Recursos para desenvolvimento tecnológico (RDT): recurso anual destinado a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão, conforme previsto na regulamentação da ANTT. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio);
- Verba de segurança de trânsito: verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio).

A controlada também deverá, durante todo o prazo da concessão, manter vigentes as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes à execução do objeto da concessão.

Por fim, a controlada Litoral Pioneiro deverá manter, em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a garantia de execução do contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

Notas Explicativas

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	R\$
Do início do prazo do contrato até o 7º ano de concessão	610.940
Do 8º ano de concessão até o 27º ano de concessão	305.470
Do 28º ano de concessão até o final da concessão	610.940

32. Transações que não afetaram caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) / IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações que não afetaram caixa estão apresentadas nas rubricas abaixo:

	Consolidado 2024
Aquisição de infraestrutura em construção/fornecedores	(137.187)
Juros capitalizados (Nota 18)	12.423
Direito de uso (Nota 12)	59.184

33. Eventos subsequentes

Em 17 de dezembro de 2024, a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, em rito automático, com vencimento final em 04 de dezembro de 2026. O montante total da emissão foi de R\$ 260.000. As debêntures foram integralmente subscritas em 2024, mas integralizadas em 14 de fevereiro de 2025.

Em 17 de janeiro de 2025 e 22 de janeiro de 2025, a controlada Litoral Pioneiro realizou o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio à Companhia nos montantes de R\$ 77.233 e R\$ 22.240, respectivamente.

Em 10 de fevereiro de 2025, a Companhia efetuou a amortização extraordinária facultativa de 31,49% do valor unitário das debêntures da 1ª emissão, no montante de R\$ 92.002, sendo R\$ 78.725 referente ao principal e R\$ 13.277 referente aos juros.

Em 13 de fevereiro de 2025, foi integralizado o montante de R\$ 260.000 na Companhia via recebimento de recursos financeiros. Deste montante, 99% foram destinados para a reserva de capital e o restante foi destinado ao capital social, resultando na integralização total do capital social subscrito

Em 14 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou em sua controlada via envio de recursos financeiros a subscrição e integralização de 20.000.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando R\$ 20.000.

Em 17 de fevereiro de 2025 a Companhia realizou a integralização de R\$ 499.345 via envio de recursos financeiros no capital social da Controlada, resultando na integralização total do capital social de sua controlada.

Notas Explicativas

EPR Infraestrutura PR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 28 de fevereiro de 2025, a controlada Litoral Pioneiro, conforme previsão contratual, teve homologada a entrega do escopo de trabalhos iniciais e das praças de pedágio 02 e 07. Com isto, em 14 de março de 2025 deu-se início a arrecadação nestas praças.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos
Administradores e acionistas da
EPR Infraestrutura PR S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EPR Infraestrutura PR S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 3.3 (i), 14 e 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A mensuração da infraestrutura em construção e conseqüentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível como área significativa de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como infraestrutura em construção e intangível; (ii) teste das adições da infraestrutura em construção e intangível para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.3 (i), 14 e 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de

distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 31 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623/F

José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC SP-198698/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do §1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que:

(a) discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as informações relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, as quais foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda; e

(b) discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda, sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

José Carlos Cassaniga
Diretor Presidente

Enio Stein Júnior
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do §1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que:

(a) discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as informações relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, as quais foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda; e

(b) discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda, sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

José Carlos Cassaniga
Diretor Presidente

Enio Stein Júnior
Diretor de Relações com Investidores